



Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco

Superintendência das Escolas Bíblicas Dominicais

Pastor Presidente: Aílton José Alves

Av. Cruz Cabugá, 29 - Santo Amaro - Recife-PE / CEP. 50.040.000 Fone: 3084.1524 / 3084.1543

LIÇÃO 06 – A CONSCIÊNCIA: O TRIBUNAL INTERIOR

4º TRIMESTRE DE 2025 (Rm 2.12-16)

INTRODUÇÃO

Nesta lição, destacar-se-á que a consciência é descrita como o testemunho interno a fim de provar que as exigências da Lei de Deus estão gravadas no coração das pessoas, tanto nas que conhecem-na (judeus) quanto nas que não a conhecem (gentios). Isso indica, portanto, que o julgamento de Deus será baseado na lei aplicável a cada pessoa, isto é, sem acepção.

I – AS FUNÇÕES DA LEI E DA CONSCIÊNCIA

1.1 A Lei de Deus como tribunal exterior e sua função. Em Romanos 2.12, o apóstolo Paulo declara: *“E todos os que pecarem estando sob a lei de Deus, de acordo com essa lei serão julgados”*, assim, a expressão “Lei de Deus” refere-se à Lei escrita (a Lei Mosaica) para os judeus; e em Romanos 2.14: *“Até mesmo os gentios, que não têm a lei escrita, quando obedecem a ela instintivamente, mostram que conhecem a lei, mesmo não a tendo”*, a expressão “conhecem a lei” relaciona-se à lei moral inscrita no coração e na consciência para os gentios. Logo, o argumento volta-se à imparcialidade de Deus no julgamento: todos serão julgados pela lei à qual foram expostos – os judeus pela Lei Mosaica e os gentios pela lei natural, ou seja, consciência, que lhes dão um entendimento inato do que é certo.

1.2 Os judeus e os gentios estão na mesma situação quanto a seu fracasso em fazer a sua vontade. Segundo F. F. Bruce, embora os judeus tenham tido em sua lei uma revelação especial da vontade de Deus, os gentios não foram totalmente privados do conhecimento da vontade divina. Diz o apóstolo: *“Quando, pois, os gentios que não têm lei, procedem por natureza de conformidade com a lei, não tendo lei, servem eles de lei para si mesmos. Estes mostram a norma da lei gravada nos seus corações, testemunhando-lhes também a consciência, e os seus pensamentos mutuamente acusando-se ou defendendo-se”* (Rm 2.14). Quer dizer, os gentios não tinham recebido a Torah completa, e nem mesmo os Dez Mandamentos, mas tinham noção do certo e do errado; tinham como que embutida em si certa consciência da verdadeira essência da lei de Deus. Assim, quando Paulo diz que pela lei vem o nosso conhecimento do pecado (Rm 3.20), diz algo que é verdade tanto a respeito dos judeus como dos gentios. E quando, no mesmo contexto, diz que “ninguém será justificado diante dele (diante de Deus) por obras da lei”, isso também é igualmente válido para judeus e gentios (Bruce, 2014, p. 48, grifo nosso). Sendo assim, o ponto principal de Paulo é que o conhecimento da lei moral não é exclusivo do povo judeu, uma vez que os atos dos gentios, que seguem os princípios da lei, mostram que essa lei moral está presente em toda a humanidade, portanto, um testemunho do julgamento justo de Deus.

1.3 O conceito de consciência como tribunal interior e sua função. A palavra consciência do latim *“conscientia”* carrega alguns sentidos: **a)** Atributo que permite a uma pessoa a percepção, com certo grau de objetividade, do que se passa em torno de si (o mundo exterior) e dentro de si próprio (o mundo interior ou subjetivo); **b)** O conhecimento, a percepção desse atributo; **c)** Capacidade de julgar o que é correto e o que não é, de acordo com valores morais e de conhecimento; **d)** Conhecimento, noção, percepção (de situações, fatos, conceitos específicos); **e, e)** Aplicação e zelo naquilo que se faz ou realiza (Aulete, 2011, p. 381). O termo grego para consciência é *“syneidesis”* – composto de *“syn”* (com) e *“eidos”* (conhecer), indicando um conhecimento que se tem de si mesmo, ou seja, um autoconhecimento, portanto, uma faculdade da alma que distingue o certo do errado que lhes permite acusá-los ou desculpá-los, agindo como um juízo interno, pois conforme Romanos 2.15: *“Demonstram que a lei está gravada em seu coração, pois sua consciência e seus pensamentos os acusam ou lhes dizem que estão agindo corretamente”*. Dessa forma, a consciência julga o erro, entretanto não resolve o problema do domínio do pecado que mortifica a consciência: *“O Espírito afirma claramente que nos últimos tempos alguns se desviarão da fé, dando ouvidos a espíritos enganadores e a ensinamentos de demônios, que vêm de indivíduos hipócritas e mentirosos, cuja consciência está morta”* (1Tm 4.1-2).

II – AS REVELAÇÕES DA LEI DIANTE DA SALVAÇÃO

2.1 A Lei revela o pecado. O apóstolo Paulo escreveu: *“Por acaso estou dizendo que a lei de Deus é pecaminosa? Claro que não! Na verdade, foi a lei que me mostrou meu pecado. Eu jamais saberia que cobiçar é errado se a lei não dissesse: ‘Não cobiçe’”* (Rm 7.7).

2.2 A Lei revela a morte. As Escrituras afirmam: *“Houve um tempo em que eu vivia sem a lei. No entanto, quando tomei conhecimento do mandamento, o pecado ganhou vida, e eu morri. Assim, descobri que os mandamentos da lei, que deveriam trazer vida, trouxeram, em vez disso, morte. O pecado se aproveitou desses mandamentos e me enganou, e fez uso deles para me matar”* (Rm 7.9-11).

2.3 A lei revela a natureza humana dominada pelo pecado. A Bíblia afirma: *“O problema não está na lei, pois ela é espiritual e boa. O problema está em mim, pois sou humano, escravo do pecado. Não entendo a mim mesmo, pois quero fazer o que é certo, mas não o faço. Em vez disso, faço aquilo que odeio. Mas, se eu sei que o que faço é errado, isso mostra que concordo que a lei é boa. Portanto, não sou eu quem faz o que é errado, mas o pecado que habita em mim”* (Rm 7.14-17).

2.4 A salvação não é pelas obras da Lei. Precisamos nos voltar brevemente para uma consideração daquele método de justificação. Observamos negativamente que a justificação não se dá através das obras da lei. É verdade que Jesus se referiu à lei quando o jovem rico perguntou como poderia obter a vida eterna (Mc 10.17-22); mas é claro que Ele fez isto apenas para demonstrar ao jovem que a salvação é impossível nessa base. Aquele que for ser justificado pelas obras, deve continuar em todas as coisas que estão escritas na lei (Gl 3.10; Tg 2.10). Ninguém conseguiu nem pode fazer isso. Paulo declara que pelas obras da lei ninguém é justificado diante Dele (Rm 3.20; Gl 2.16). A lei só serve para revelar o pecado (Rm 3.20; 7.7) e para impelir a alma condenada a fugir para Cristo (Gl 3.24). Jesus em outra ocasião, ensinou que ‘a obra de Deus’ é a de que ‘creiais naquele que por ele foi enviado’ (Jo 6.29). Os homens não são salvos por ‘fazerem o melhor que podem’, como normalmente se entende essa declaração, mas são salvos por fazerem o melhor que podem, se quiserem com isso dizer que creem no Senhor Jesus Cristo (Mt 7.12) (Thiessen, 2014, p. 349).

III – IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO DE ROMANOS 2.12

3.1 Imparcialidade de Deus. Paulo enfatiza que Deus não tem favoritos e julgará todas as pessoas com imparcialidade, de acordo com o que é conhecido pela lei de cada um.

3.2 Responsabilidade da consciência. Os gentios, sem a Lei escrita, não estão isentos de culpa, pois a lei da consciência, inscrita em seu interior, responsabiliza-os por suas ações.

3.3 Prática sobre a audição. O apóstolo alerta que não é a audição da Lei (no caso dos judeus), nem o simples fato de não tê-la (no caso dos gentios), mas, sim, a prática da Lei (Rm 2.13,28-29), tanto a escrita quanto a natural, que leva à justiça. Assim, conforme Henry Thiessen acerca da justificação pela Graça é pela Graça de Deus. “Dois versículos podem ser citados: Romanos 3.24: ‘Sendo justificados gratuitamente por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus’; Tito 3.7: ‘a fim de que, justificados por graça, nos tornaremos seus herdeiros, segundo a esperança da vida eterna’. Isto demonstra a fonte de nossa justificação. Não é ela as obras de justiça que temos praticado, mas é ‘segundo a sua misericórdia’ que Ele nos salvou (Tt 3.5). Assim, a justificação se origina no coração de Deus. Tendo consciência não apenas de nossa falta de justiça mas também de nossa incapacidade de consegui-la, Ele, em Sua bondade, decidiu nos fornecer a justiça. Foi Sua graça que o levou a fornecê-la; Ele não tinha a menor obrigação de fazer isso. Em sua graça, Ele não considerou nossa culpa, e em sua misericórdia, nossa miséria (Thiessen, 2014, 349).

3.4 A salvação é pela “circuncisão espiritual”, ou seja, pelo Espírito Santo atuando no interior. “A prática judaica da circuncisão só tem valor se você obedece à lei de Deus. Mas se você, que é circuncidado, não obedece à lei de Deus, não é diferente de um gentio incircuncidado. E, se os incircuncidados obedecerem à lei de Deus, acaso não serão também considerados circuncidados? De fato, os gentios incircuncidados que cumprem a lei de Deus condenarão você, judeu, que é circuncidado e tem a lei de Deus, mas não obedece a ela. Pois ser judeu exteriormente ou ser circuncidado não torna ninguém judeu de fato. Judeu verdadeiro é quem o é no íntimo, e *circuncisão verdadeira é a do coração, feita pelo Espírito*, e não pela letra da lei, recebendo assim a aprovação de Deus, e não das pessoas (Rm 2.25-29).

CONCLUSÃO

Portanto, a consciência funciona ora acusando, ora defendendo, refletindo a capacidade humana de distinguir entre o certo e o errado, e será usada no dia do juízo final para julgar os segredos das pessoas. Em Romanos 2.15, a função da consciência é dar testemunho, confirmando que as exigências da lei moral estão gravadas no coração humano, agindo como um juízo interno, mesmo na ausência da Lei escrita. Essa consciência é a prova de que todos os seres humanos possuem uma cânon moral, estruturado por Deus, onde serão julgados – *“Pois todos pecaram e não alcançam o padrão da glória de Deus, mas ele, em sua graça, nos declara justos por meio de Cristo Jesus, que nos resgatou do castigo por nossos pecados”* (Rm 3.23-24). Assim, a consciência revela o pecado da humanidade para que, por meio da Graça, seja justificada e resgatada em Cristo Jesus.

REFERÊNCIAS

- AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. [Org.] por Paulo Geiger. Lexicon, 2011.
- BÍBLIA SAGRADA. Nova Versão Transformadora. Mundo Cristão, 2016.
- BRUCE, F. F. **Romanos**: introdução e comentário. Tradução de Odayr Olivetti. Vida Nova, 2014.
- QUEIROZ, Silas. **Corpo, alma e espírito**: a restauração integral do ser humano para chegar à estatura completa de cristão. CPAD.
- THIESSEN, Henry Clarence. **Palestras em teologia sistemática**. Editora Batista Regular, 2014.